Eixo 02: Currículo e formação docente da Educação Especial
Resumo expandido

Quando o capacitismo afeta o acesso e permanência de autistas e pessoas com deficiência no ensino superior

Rafaela dos Santos da Silva Araujo

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA
Docente, pedagoga e especialista em Direito Aplicado à Educação, Legislação Educacional e Políticas Públicas. Integrante do grupo de pesquisa Traduzir-se Autismo da UFVJM e do grupo de extensão do Laboratório de Educação Inclusiva LEDi da Udesc. E-mail: rafaela.araujo.prof@gmail.com

Resumo: Trata-se de um recorte de uma pesquisa qualitativa, exploratória-descritiva e bibliográfica cujo tema da pesquisa é inclusão e exclusão de autistas e pessoas com deficiência no ensino superior. Realizou-se uma análise do direito ao acesso e permanência no ensino superior à luz das categorias consciência crítica e ingênua de Álvaro Vieira Pinto. O objetivo geral visa compreender como o currículo oculto pode ser um instrumento para a inclusão/exclusão de pessoas com deficiência na academia. Os resultados parciais revelam que a integração e exclusão podem ocorrer de modo inconsciente quando uma cultura é reproduzida com base numa consciência ingênua; para que surja uma postura anticapacitista é necessária uma intervenção cultural, sobretudo nas instituições de ensino superior; é necessário maior debate dentro das academias sobre as condições de acessibilidade e a consciência crítica desta para que de fato autistas e pessoas com deficiência tenham sucesso acadêmico.

Palavras-chave: Capacitismo, Autistas, Ensino Superior, Acesso e Permanência.

INTRODUÇÃO

No Brasil, as discussões sobre a criação e implementação de políticas curriculares, especialmente políticas de inclusão, tendem a excluir as vozes daqueles que de fato merecem ser destacados e ditos como poderiam ser mais inclusivos do ponto de vista social. Um exemplo desse fenômeno foi o acalorado debate sobre a Base Nacional Comum Curricular - BNCC e a Base Nacional Comum de Formação de Professores – BNC. Atores sociais da linha de frente não receberam o reconhecimento suficiente acerca dos seus locais de fala enquanto professor, aluno e até mesmo professores PcDs, inclusive esse ponto foi o de maior exclusão nos debates.

No entanto, o problema se agrava se considerarmos os objetivos dessas políticas

educacionais: a formação dos sujeitos e da sociedade. Nesse sentido, esta pesquisa analisa o currículo oculto e o direito ao acesso e permanência da pessoa com deficiência nos espaços acadêmicos e suas implicações para uma sociedade inclusiva.

Em primeiro lugar é necessário entender a concepção de currículo. De acordo com Berticelli (1999)

"Currículo é um lugar de representação simbólica, transgressão, jogo de poder multicultural, lugar de escolhas, inclusões e exclusões, produto de uma lógica explícita muitas vezes e, outras, resultado de uma "lógica clandestina", que nem sempre é a expressão da vontade de um sujeito, mas imposição do próprio ato discursivo."

Partindo desta concepção de currículo, entende-se como um lugar de disputa em territórios de poder no qual muitas vozes não são ouvidas e até mesmo são silenciadas, portanto o currículo é um campo de conflitos em que permeiam as contradições do qual a própria educação está envolvida: ora passar à futura geração os conhecimentos historicamente acumulados, ora transformar a sociedade. Nesse sentido, o currículo é um "instrumento que tem a capacidade de estruturar a escolarização, a vida nos centros educacionais e as práticas pedagógicas" (Sacristan, 2013 p. 20), daí ser um espaço normatizado, politizado e enraizado nas instruções das diretrizes para estruturaro ensino e a função da escola impondo-lhes grades, estruturas, núcleos, carga horária, conteúdos entre outros. Partindo desta lógica, o currículo tem um poder regulador que impõe suas determinações sobre o que se aprende, como se aprende e porque se aprende e são nessas questões do aprender que reside as intencionalidades do currículo. Com base nessas intenções muitos pesquisadores do currículo vêm definindo-o em currículo tradicional, crítico e pós-critico (Silva, 2017). As teorias curriculares trazem em seu cerne os conceitos de sujeito, sociedade, escola e outros aspectos refletidos no modo de ser da sociedade.

Ao longo do tempo muitos estudiosos brasileiros como Freire, Libâneo, Pinto, Saviani, Frigotto, Candau, Arroyo e Silva discutiram o contexto social e cultural do currículo criticando o ensino tradicional no qual exclui sujeitos amordaçando o seu pensamento crítico e consequentemente impossibilitando a transformação da realidade social. Embora o modelo tradicional tenha sido muito criticado ele continua ativo, seja por falta de investimento na educação, seja por suas concepções clandestinas como afirma Berticelli (1999).

Diferente do currículo prescrito – que regula as instituições conforme explicitado acima – o currículo oculto diz respeito a algo implícito, está intimamente ligado às condições históricas e sociais do sujeito. Libâneo (2007, p. 172) o define da seguinte forma:

"representado pelas influências que afetam a aprendizagem dos alunos e o trabalho do professor provenientes da experiência cultural, dos valores e significados trazidos pelas pessoas de seu meio social e vivenciado na própria escola, ou seja, das práticas e experiências compartilhadas em escola e na sala de aula."

Nesse sentido, o currículo oculto consiste em conhecimentos sociais que não são planejados e pretendidos, ele mantém relação com os princípios de conduta, normas sociais e formas de pensar. Em linhas gerais, são todas as práticas socias e culturais.

Diante deste cenário temos as seguintes problemáticas:

1. De que forma o currículo oculto integra ao invés de incluir as pessoas com deficiência?
2. De que maneira é possível ser anticapacitista possibilitando a inclusão desse grupo social nos espaços acadêmicos?

Para responder a essas questões tem-se como objetivos específicos:

1. Discutir as implicações do currículo oculto na integração e/ou inclusão de pessoas com deficiência, incluindo autistas.
2. Analisar o direito de acesso e permanência à luz das categorias consciência crítica e ingênua de Álvaro Vieira Pinto

Como objetivo geral:

- Compreender como o currículo oculto pode ser um instrumento para a inclusão de pessoas autistas e com deficiência na academia.

METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa de natureza qualitativa, exploratória, descritiva e bibliográfica. Visa discutir como o capacitismo afeta a garantia do direito subjetivo de acesso e, sobretudo, permanência no ensino superior de pessoas autistas e pessoas com deficiência. Pretende-se explorar o fenômeno exclusão à luz das categorias ingênua e crítica do filósofo brasileiro

Álvaro Vieira Pinto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com o censo demográfico de 2010, no Brasil existem quase 46 milhões de brasileiros que possuem algum tipo de dificuldade para ver, ouvir, se movimentar ou algum tipo de incapacidade mental, cerca de 24% da população. Entretanto, este número é maior haja vista que naquele censo não foram consideradas as pessoas autistas. De acordo com a Lei Berenice Piana nº 12.764 (Brasil, 2012) as pessoas autistas são consideradas pessoas com deficiência para todos os efeitos legais.

De acordo com o Censo da Educação Superior 2020 (INEP, 2020), o número de alunos com deficiência matriculados no ensino superior na graduação era de 55.829 alunos, um número baixíssimo, corresponde apenas a 0,64% do total de matriculados em graduação no país, dentro desse quantitativo 2.974 eram autistas.

Apesar de a educação ser um direito subjetivo expresso em diversas leis como a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Lei Brasileira de Inclusão entre outras nas quais garantem o desenvolvimento pleno e o preparo para o exercício da cidadania, a maioria das pessoas com deficiência passam pelo desafio da escolarização sem sucesso, o que se deve ao fato de que a educação brasileira é constituída por muitas contradições, entre as quais o direito ao acesso e permanência em conflito com barreiras atitudinais decorrente do capacitismo do qual as próprias instituições promove. O capacitismo “alude a uma postura preconceituosa que hierarquiza as pessoas em função da adequação dos seus corpos à corponormatividade. É uma categoria que define a forma como as pessoas com deficiência são tratadas de modo generalizado como incapazes (incapazes de produzir, de trabalhar, de aprender, de amar, de cuidar, de sentir desejo e ser desejada, de ter relações sexuais etc.), aproximando as demandas dos movimentos de pessoas com deficiência a outras discriminações sociais” (Mello, 2016, p.3272).

O sentido de acesso à educação não é propriamente a inclusão, mas a integração com os demais; para que a inclusão ocorra é necessário analisar a permanência e a forma como ela acontece, ou seja, para incluir de fato uma pessoa com deficiência e garantir seus direitos

subjetivos a atitude cultural deve mudar: ao invés de culpabilizar o fracasso devido os impedimentos físicos e/ou mentais, deve-se considerar que a acessibilidade e a consciência crítica dela são fatores primordiais para que as pessoas com deficiência exerçam sua cidadania, não só na escola, mas na sociedade.

Pinto (1987) traz duas categorias que ajudam a analisar a permanência visando a inclusão: consciência crítica e consciência ingênua. Para exemplificar essas categorias antes é preciso enfatizar que segundo Pinto (1987, p. 59), consciência é uma "representação mental da realidade exterior, do objeto, do mundo, e representação mental de si, do sujeito, autoconsciência." No entanto, ter consciência não significa ter uma postura anticapacitista, logo, a consciência ingênua "não inclui em sua representação da realidade exterior e de si mesma a compreensão das condições e determinantes que a fazem pensar tal como pensa. [...] A realidade é apenas recebida ou enquadrada em um sistema de ideias que se cria por si mesmo." Isso é exemplificado quando as instituições garantem o acesso ao piso tátil, mas a permanência torna-se inacessível à medida em que determinados trechos não o tem ou quando pessoas estão no meio do caminho e não percebem que se tornaram uma barreira física e assim permanece; outro exemplo é quando um autista precisa usar boné, óculos escuros ou qualquer outro acessório em sala de aula devido as suas condições sensoriais e os professores impedem por "falta de respeito", então o autista se vê diante de uma barreira atitudinal: ideia de uma cultura arcaica.

Daí a ênfase na questão cultural. Não é fácil ser uma sociedade inclusiva se as pessoas não têm consciência crítica da realidade externa, para isso é preciso uma atitude reflexiva de suas ações perante o outro e é aqui que a educação inclusiva faz todo o sentido, pois somente quando se convive com o outro é que passamos a perceber as dificuldades alheias e as diferenças. A percepção das diferenças é o início e através dela podemos ser anticapacitista.

E como podemos ser anticapacitista numa sociedade capacitista? A categoria consciência crítica pode ajudar a esclarecer, porém não se resume a isso, muito pelo contrário é apenas uma das posturas a serem adotadas.

A consciência crítica "é a representação mental do mundo exterior e de si, acompanhada da clara percepção dos condicionamentos objetivos que fazem ter tal representação. Inclui necessariamente a referência a objetividade como origem do seu modo

de ser, o que implica compreender que o mundo objetivo é uma totalidade dentro da qual se encontra inserida." (Pinto, 1987, p. 60). Assim, entende-se que a percepção acompanhada da reflexão das condições históricas e sociais da realidade possibilita uma consciência crítica dos fatos, inclusive da exclusão. A exclusão pertence ao mundo material, histórico, social, nacional e real e não somente no mundo das ideias como faz a consciência ingênua.

Portanto, para superar o capacitismo, em via de regra, há que se mudar a postura cultural. Toda a cultura organizacional da instituição deve ser inclusiva, pois a escola, sobretudo as instituições de ensino superior são responsáveis pela aprendizagem dos alunos em face dos problemas sociais, culturais e econômicos que afetam a própria instituição e a sociedade como um todo (Libâneo, 2012). A reflexão crítica das práticas sociais dentro da sala de aula começa pela percepção com vistas à transformação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados parciais da pesquisa revelaram que para promover a inclusão de pessoas autistas e com deficiência nas instituições de ensino superior é necessário ter uma postura crítica e essa postura surge através das reflexões dos condicionantes sociais e seus determinantes objetivos. Mostrou que muitas vezes o capacitismo surge de forma inconsciente, fruto de uma reprodução cultural, às vezes de ideias arcaicas, portanto, a educação tem um papel fundamental para formar novas posturas anticapacitista através da reflexão para a formação de uma consciência crítica sobre a representação do mundo externo e interno. Revelou que as instituições de ensino são importantes para a mudança da sociedade tornando-a mais inclusiva e que tem essa responsabilidade.

Espera-se que através dos resultados parciais desta pesquisa novas discussões surjam a respeito da inclusão de pessoas com deficiência e autistas no ensino superior, e que este grupo social possam ter voz nos debates acadêmicos.

REFERÊNCIAS

BERTICELLI, Ireno Antonio. **Currículo:** tendências e filosofia. In: COSTA, Marisa Vorraber. O currículo nos limiares do contemporâneo. Rio de janeiro: DP & A, 1999.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_Religiao_Deficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia.pdf. Acesso em: jun. 2022.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Conheça o Brasil, população: pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: https://cnae.ibge.gov.br/en/component/content/article/95-7a12/7a12-vamos-conhecer-o-brasil/nosso-povo/16066-pessoas-com-deficiencia.html. Acesso em: jun. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA | Inep. Censo da Educação Superior. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-eindicadores/censo-da-educacao-superior/resultados. Acesso em: 28 mai. 2022.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos para que?** 9 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LIBÂNEO, José Carlos et. al. **Educação Escolar**: políticas, estrutura e organização. Coleção Docência em Formação. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SACRISTÁN, José Gimeno. **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

MELLO, A. G. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 21, n. 10, p. 3265-3276, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/J959p5hgv5TYZgWbKvspRtF/abstract/?lang=pt. Acesso: 2 jul. 2022.

PINTO, A. V. **Sete lições sobre educação de adultos**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 1987.